

Editorial

O segundo número da Revista de Direito Público da UEL ano de 2016 é um marco importante para o Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina, uma vez que após o incansável trabalho, colaboração e apoio nestes últimos dez anos, reconhecidamente, a Revista do Direito Público evoluiu do nível B2 para a qualificação CAPES em nível B1.

Agradecemos muito a todos que não mediram esforços para tornar esta grande conquista possível, em especial aos autores, avaliadores, assessores técnicos, bolsistas do Programa do Mestrado, Cursos de Especialização da área do Direito, que tornaram financeiramente viáveis os nossos periódicos.

Neste número contamos com a participação de autores dos estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Goiás, Rio de Janeiro e também uma contribuição de um autor filiado à Universidade de Lisboa.

Os autores se dedicaram a escrever sobre:

Direito Constitucional, com dois trabalhos. O primeiro artigo em que os autores discorrem a respeito da regulamentação do serviço de mototáxi; fazem análise a partir da Constituição Federal, do Código de Trânsito Brasileiro, das práticas de regulamentações dos Municípios, Estados, Distrito Federal e da União. O segundo artigo em que o autor versa sobre Direitos Fundamentais: a justiça como equidade de Rawls e a igualdade de Amartya Sen, uma releitura na construção de um sistema de proteção de direitos fundamentais.

Direitos Sociais e Políticas Públicas, em que a autora apresenta um elo entre as políticas públicas e o direito, expondo, inicialmente, a conceituação de políticas públicas, e após, realiza uma análise

da possibilidade de se criar normas jurídicas como políticas públicas. Pondera ainda sobre a atuação do Poder Judiciário em face da competência para controle e implantação de políticas públicas, uma vez que, no momento atual, tem-se uma fase de judicialização dos mais diversos tipos de conflitos.

Direito Ambiental, com o intuito de analisar a importância das unidades de conservação ambiental, o autor argumenta que a simples criação de unidades de conservação não é suficiente para se promover adequadamente a tutela ambiental, e conclui que é necessária a efetiva implantação das unidades de conservação para proteção eficaz do meio ambiente ecologicamente equilibrado, em especial da biodiversidade. Ainda no âmbito do Direito Ambiental, o foco do outro artigo é a partir do Direito Penal, em que expõe análise sociológica sobre o ser humano, o *jus puniendi* e a tutela jurídico-penal pelo Estado; envereda pela análise crítica da lei dos crimes ambientais e uma análise ontognoseológica aplicada ao estudo da pena e examina a influência do ontognoseologismo no Direito Penal Ambiental no Brasil.

Direito Internacional, com a apresentação de artigo que trata sobre o Direito Internacional Humanitário, no qual enfatiza a atuação da Cruz Vermelha Internacional, na busca da paz por meio da assistência humanitária e do fomento para a edificação e adoção de tratados internacionais em prol da proteção do homem em meio aos conflitos e a regulação dos métodos de guerra. Com a limitação dos meios e métodos de guerra, em especial dos armamentos de destruição em massa, essa limitação tornar-se-ia mais restrita, fomentando-se a paz.

Direito Administrativo, no qual o autor pesquisou a respeito da lei de acesso à informação, que tem por fundamento o princípio da Transparência Administrativa e é instrumento capaz de auxiliar no controle social da Administração Pública. Por este

caminho a possibilidade de alcançar maior grau de legitimidade à atividade administrativa.

Direito Processual Civil, em que o autor defende a existência de uma crise no âmbito da hermenêutica constitucional e que, por meio das teses substancialista e procedimentalista e seus diversos pontos de fricção e interpretação, o novo Código de Processo Civil, aparentemente, possui uma fórmula adequada para aplicação pelo Tribunal Constitucional brasileiro, vinculando o julgador ao caso.

Direito Tributário, em que há uma reflexão sobre as bases teóricas de extrafiscalidade e sua aplicação no incentivo à inovação tecnológica; mostra a evolução da legislação brasileira no que se refere ao estímulo, por meio da renúncia de impostos, em particular na Lei 11.196/2005 (Lei do bem).

Teoria Geral do Direito, especificamente com enfoque na Teoria Pura do Direito, em que realiza uma análise das conexões entre Direito, Justiça e Ciência Jurídica segundo Kelsen. Para tanto, o autor analisou os conceitos de norma jurídica, proposição jurídica, causalidade, imputação, estática e dinâmica jurídicas, além da importância da Norma Fundamental, na estrutura lógica do sistema jurídico.

E, por fim, temos dois autores que se dedicaram a escrever resenhas do capítulo “A ideia original de lei” do livro “A lei”, escrito por Frederic Bastiat, e do capítulo “O direito como instrumento de *raison d'état*” do livro “Direito e economia na democratização do Brasil”, do autor José Eduardo Campos de Oliveira Faria.

Desejamos que os leitores possam desfrutar destes estudos, convidando-os para colaborar com o envio de artigos para as edições futuras.

Boa leitura a todos!

Prof^a Dr^a Marlene Kempfer